



PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SENGÉS / PR 2022-2025



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Município: Sengés

Porte do município: Pequeno Porte I

Nível de gestão do SUAS: básica

Vigência: 2022-2025

QUADRO 1 – RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

| Nome | Escolaridade | Profissão | Função/Cargo | Vínculo ou Representação (CRAS, CREAS, CMAS, Usuários, entidades) |
|----------------------------|--------------|-------------------|---------------------------------|---|
| Andrea Aparecida Ribeiro | Superior | Assistente Social | Servidor público/ Secretária | SMAS |
| Tacyane Martins Osternach | Superior | Assistente Social | Diretor de Departamento | PSE |
| Flaviana Gonçalves Ribeiro | Superior | Assistente Social | Chefe de Divisão | CRAS/São Pedro CMAS |
| Caroline L. S. Fernandes | Superior | Assistente Social | Chefe de Divisão | CRAS CMAS |

PREFEITURA MUNICIPAL

Nome do (a) Prefeito (a): Nelson Ferreira Ramos

Mandato do Prefeito (a): Início: 01/01/2021 - Término: 31/12/2025

Endereço da Prefeitura: Travessa Souza Naves, 95.

CEP: 84220-000

Telefone: (43) 3567-1222

E-mail: gabinete@senges.pr.gov.br

Site: <http://www.senges.pr.gov.br/portal>



ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável pelo órgão gestor: Andrea Aparecida Ribeiro

Endereço órgão gestor: Rua Vereador Basílio Costa, nº 309, Bairro Morungava

Cidade: Sengés

Bairro: Centro

CEP: 84220-000

Telefone: (43) 3567-1052

E-mail: asocial.senges@yahoo.com.br

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei de Criação: Nº 07/1996

Decreto que regulamenta o Fundo: Lei Nº 034/2011 de 27/05/2011

CNPJ: 13.027.699/0001-25

Nome do ordenador (a) de despesas do FMAS: Andrea Aparecida Ribeiro

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei de Criação: Nº 07/1996

Atualizada pela Lei: nº 034/2011

Data: 27/05/2011

Endereço CMAS: Rua Vereador Basílio Costa, nº 309.

Bairro: Bairro Morungava

CEP: 84220-000

Telefone: (43) 3567-1052

E-mail: asocial.senges@yahoo.com.br

Nome do Presidente: Flaviana Gonçalves Ribeiro

Nome do secretário (a) executivo(a): Paola Fernanda Ferreira dos Santos

Número total de membros: 20



QUADRO 2 – Membros do Conselho Municipal de Assistência Social

| Governamental | | | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------|--|
| Nome do(a) Conselheiro(a) | Representatividade (*)(**) | Titularidade (***) | Início e término de mandato |
| Flaviana Gonçalves Ribeiro | Assistência Social | Titular | 2021/2023 |
| Caroline Leonor Nogueira Schaitel Fernandes | Assistência Social | Titular | 2021/2023 |
| Ana Carolina Pinheiro de Melo | Assistência Social | Suplente | 2021/2023 |
| Marina Franciele Desplancher Santos | Assistência Social | Suplente | 2021/2023 |
| Susiane Aparecida Ferreira dos Santos | Educação | Titular | 2021/2023 |
| Alessandra Rodrigues | Educação | Titular | 2021/2023 |
| Adriana Vivian Perin | Educação | Suplente | 2021/2023 |
| Rosilene Fernandes dos Santos | Educação | Suplente | 2021/2023 |
| Francine Mignoso Dib Pinheiro | Saúde | Titular | 2021/2023 |
| Laura Benedita Nalesso Santos | Saúde | Suplente | 2021/2023 |
| Não Governamental | | | |
| Nome do(a) Conselheiro(a) | Representatividade (*)(**) | Titularidade (***) | Início e término de mandato |
| Camila Bittes Correa Fernandes | ASPMIF | Titular | 2021/2023 |
| Barbara Bianca Cunha Vieira | ASPMIF | Suplente | 2021/2023 |
| Delma Lucia Alves Rosa | APAE | Titular | 2021/2023 |
| Anne Priscila Copetti | APAE | Suplente | 2021/2023 |
| Juliana de Andrade e Silva | Usuários do SUAS | Titular | 2021/2023 |
| Josélia Aparecida dos Santos Melo | Usuários do SUAS | Titular | 2021/2023 |
| Camila Aparecida Pedroso | Usuários do SUAS | Suplente | 2021/2023 |
| Rosimeia Meira França | Usuários do SUAS | Suplente | 2021/2023 |
| Ana Rose Ribeiro Benedik | Trabalhador do Setor | Titular | 2021/2023 |
| Elisangela Berezov Moleda | Trabalhador do Setor | Suplente | 2021/2023 |

(*) Representatividade governamental = Instituição que representa (Ex. Secretaria Municipal de Saúde, Educação, etc.)

(**) Representatividade não governamental = Instituição que representa (Ex. Entidades e Organizações de Atendimento, Assessoramento e/ou Defesa e Garantia de Direitos – conforme Resoluções CNAS n.º 108/2005, 27/2011, 33/2011 e 34/2011)

(***) Titularidade = Titular ou suplente



2. INTRODUÇÃO

A prática da Assistência Social é deveras antiga. Seu histórico é permeado por diversas questões, tendo as primeiras leis referenciadas à Assistência Social em países europeus que vislumbravam a situação da pobreza como um 'problema' ligado à caridade. Em outros momentos, a Assistência passou a ser de responsabilidade das Igrejas tornando-se de cunho religioso.

Com o passar do tempo e as lutas firmadas pela classe profissional para que a profissão, bem como, sua prática cotidiana fosse regularizada, foram instituídas diversas leis que embasam o trabalho prestado pela Assistência Social, a qual consiste em um dos tripés da Seguridade Social instituído pela Constituição Federal em 1988.

Como frutos posteriores à Constituição, cada vez mais surgiram legislações e dentre estas está o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS, que junto com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, dentre outras normativas, regem os serviços prestados no presente momento.

Este Plano tem, portanto, como Marco Referencial o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS. Pois, este estabeleceu as diretrizes, objetivos e formalizou uma divisão dos serviços que são seguidas em todo o território nacional.

A PNAS tem como princípios a supremacia do atendimento; a universalização do direito; o respeito ao usuário/cidadãos; a igualdade e ampla divulgação. As diretrizes que a regem consistem em: descentralização político-administrativa; participação popular; descentralização nas três esferas de governo e centralidade do atendimento na família (BRASIL, 2004).

Os objetivos elencados pela PNAS consistem em: prover serviços, programas, entre outros, para famílias, indivíduos e daqueles que dela necessitarem; promover a inclusão e equidade de usuários, ampliando o acesso e assegurar a centralidade na



família, garantir sua convivência familiar e comunitária.

A PNAS estabelece como público-alvo de sua política os cidadãos e grupos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, e para realizar o atendimento necessário e garantir que sejam cumpridas as diretrizes, os princípios e objetivos da política, realizou uma divisão dos serviços que deve ser seguida em âmbito federal, sendo esta em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, a qual se subdivide em de média e alta complexidade (BRASIL, 2004).

A Proteção Social Básica - PSB tem como objetivo prevenir situações de risco e vulnerabilidade social através do fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. A PSB é destinada a população em vulnerabilidade social e prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos sociais que acolham a população ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, pois este equipamento consiste na porta de entrada aos programas socioassistenciais e é o responsável por executar a proteção social básica (BRASIL, 2004).

Os serviços executados no CRAS são articulados com o SUAS e com as três esferas de governo, seguindo o princípio da descentralização dos serviços. Além disso, são desenvolvidos em consonância com o PAIF que é o Programa de Atenção Integral à Família. As ações desenvolvidas no CRAS devem, prioritariamente, articular-se com os demais serviços disponíveis nos municípios estruturando-se em rede para garantir a efetivação do trabalho e o atendimento integral a estas famílias (BRASIL, 2004).

A Proteção Social Especial - PSE tem como prioridade a reestruturação dos serviços de acolhimento destinado aos sujeitos que não estão mais protegidos no âmbito familiar, tendo sua integridade violada no seio de sua família. Além destes indivíduos,



também atende pessoas que por algum motivo passaram a ter a rua como seu 'lar'. A PSE consiste na modalidade de atendimento destinado a famílias e sujeitos que tiveram os vínculos familiares ou/e comunitários rompidos, e se encontram em situação de risco social e pessoal. Assim como o PAIF é desenvolvido pelo CRAS, o CREAS desenvolve o PAEFI – Programa de Atenção Especial às Famílias e Indivíduos (BRASIL, 2004).

O trabalho de PSE é desenvolvido no equipamento chamado de Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS, o qual realiza serviços que requerem o acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que asseguram qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de Proteção Especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Poder Executivo (BRASIL, 2004).

Tendo exposto no que consiste a PNAS, Plano que regula os serviços socioassistenciais no território brasileiro, seguiremos explanando no escopo do Plano Municipal acerca da realidade do Município de Sengés – PR e como está sendo desenvolvidos os serviços de Proteção Social Básica e Especial em nosso território.

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O Diagnóstico Socioterritorial é um processo contínuo que consiste na realização da leitura da realidade do território, permitindo um olhar para os números e decifrar o que eles mostram. O PMAS possibilita o conhecimento e as transformações da realidade na qual se planeja intervir.

O diagnóstico é capaz de reconhecer as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais dos territórios, identificando as especificidades locais, dados geográficos,



demográficos, potencialidades, vulnerabilidades, riscos sociais, e relacionais, ou seja, compreendem informações na forma de números e estatísticas, como também histórias de vida dos lugares, de suas famílias.

O diagnóstico socioterritorial tem por finalidade conhecer a realidade; as vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios, baseado em levantamento de dados numéricos e na construção de indicadores e índices.

Com o diagnóstico socioterritorial pode-se descrever, analisar e explicar a realidade social na qual se pretende intervir; de um lado as necessidades e demandas sociais e de outro identificar recursos a serem mobilizados para sua execução.

O Município de Sengés, segundo informações do Caderno Estatístico do IPARDES (2018), localiza-se na região dos Campos Gerais do Paraná, mais conhecida como “norte velho” a 269,07km da capital Curitiba e cerca de 430 km da cidade de São Paulo. O território do Município limita-se aos municípios de São José da Boa Vista, Jaguariaíva e Dr. Ulysses. A extensão territorial de Sengés consiste 1.434,106 Km² e possui atualmente uma estimativa populacional de 19.443 habitantes (IPARDES, 2018), em uma área total de 1.437,364 km² e densidade demográfica 12,81 hab/km² (código IBGE 4126306).

Assim como diversos municípios paranaenses, Sengés também tem sua história ligada ao tropeirismo, pois em decorrência da passagem dos tropeiros que vinham do Estado do Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba e a São Paulo, tornou-se rota do comércio entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além da parte Urbana, a cidade conta também com dois distritos administrativos, sendo estes: Ouro Verde e Reianópolis localizados na Área Rural (IPARDES, 2018).

No que se refere a aspectos econômicos, atualmente, a principal economia do Município está concentrada no setor madeireiro através do plantio, da extração,



beneficiamento e comercialização da madeira e seus derivados, com atividades distribuídas entre serviços de poda e conservação de árvores (pinus e eucalipto), serrarias, laminadoras e produção de celulose.

Conforme cada período e de acordo com a conjuntura econômica nacional, o setor madeireiro já enfrentou momentos de crise econômica, repercutindo também em nosso Município. Tem em seu histórico o registro de momentos de significativo abalo e dificuldades no setor, causando oscilações e desestabilizando o setor madeireiro, refletindo nas condições de emprego, produção, economia e renda local.

O cenário econômico, atualmente se apresenta em ações para superação de questões acarretadas pela pandemia COVID/2019, que vivemos desde março/2020. Muitas empresas ainda perpassam uma fase de restabelecimento de uma nova normalidade funcional, após introdução de novas normas técnicas de cuidados pessoais e coletivos, para superação e controle de contaminação.

Tais questões complexas refletem diretamente em desajuste econômico das famílias que dependem e sobrevivem desta renda, pois, além de não terem muita escolaridade, passam a exercer atividades sem registro em carteira, sem amparo da Previdência Social, por exemplo, na forma volante, algumas mulheres passaram a exercer atividade de diarista, caracterizando uma população em situação de risco social e em instabilidade econômica.

A seguir, ilustramos mais a respeito da população, apontando os dados colocados pelo Ipardes (2018) que mostra a população ativa do município, e dados referentes ao emprego:



Tabela 1– População em Idade Ativa (PIA), Economicamente Ativa (PEA) e Ocupada, por tipo de domicílio e sexo – 2010

| Tipo de domicílio e sexo | PIA (10 anos e mais) | PEA (10 anos e mais) | População Ocupada |
|---------------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Domicílio - Urbano | 12324 | 6400 | 5819 |
| Domicílio - Rural | 2790 | 1501 | 1425 |
| Sexo - Masculino | 7770 | 4987 | 4648 |
| Sexo - Feminino | 7344 | 2914 | 2596 |
| TOTAL | 15113 | 7901 | 7244 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total

Tabela 2 – Número de Estabelecimentos e Empregos (RAIS) segundo as Atividades Econômicas – 2016

| ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE (1)) | ESTABELECEMENTOS | EMPREGOS |
|---|-------------------------|-----------------|
| Indústria | 51 | 1985 |
| Extração de minerais | 5 | 106 |
| Transformação | 46 | 1879 |
| Produtos minerais não metálicos | 2 | 7 |
| Metalúrgica | 3 | 1 |
| Mecânica | 1 | 2 |
| Material elétrico e de comunicações | - | - |
| Material de transporte | - | - |
| Madeira e do mobiliário | 32 | 1131 |
| Papel, papelão, editorial e gráfica | 2 | 562 |
| Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústriadiversa | - | - |
| Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas | 3 | 115 |
| Têxtil, do vestuário e artefatos de tecido | 1 | 57 |



| | | |
|---|------------|-------------|
| Calçados | - | - |
| Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico | 2 | 4 |
| Serviços industriais de utilidade pública | - | - |
| Construção civil | 11 | 19 |
| Comércio | 148 | 445 |
| Comércio varejista | 133 | 363 |
| Comércio atacadista | 15 | 82 |
| Serviços | 103 | 1254 |
| Instituições de crédito, seguros e de capitalização | 4 | 16 |
| Administradores de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica | 20 | 326 |
| Transporte e comunicações | 39 | 274 |
| Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão | 28 | 89 |
| Serviços médicos, odontológicos e veterinários | 7 | 6 |
| Ensino | 3 | 21 |
| Administração pública direta e indireta | 2 | 522 |
| Agropecuária (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca) | 76 | 507 |
| Atividade não especificada ou classificada | - | - |
| TOTAL | 389 | 4210 |

FONTE: MTE/RAIS NOTA: Posição em 31 de dezembro. O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada. (1) INDÚSTRIA: extração de minerais; transformação; serviços industriais utilidade pública. TRANSFORMAÇÃO: minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico. COMÉRCIO: varejista; atacadista. SERVIÇOS: instituições de crédito, seguros, capitalização; administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica; transporte e comunicações; serviços alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; administração pública direta e indireta.

A partir das tabelas, podemos perceber que no Município de Sengés – PR, no momento da coleta de dados em 2010, havia 15.113 pessoas que estavam em idade ativa, 7.901 apenas pessoas que estavam empregadas. Já no ano de 2016, a partir da tabela que aponta o número de estabelecimentos e empregos, observamos um total de 389 estabelecimentos e apenas 4.210 pessoas em situação de trabalho, nos fazendo



questionar se as 3.691 pessoas passaram a situação de desemprego de 2010 a 2016. Portanto, de uma população estimada em 19.443 habitantes, há aproximadamente 10.903 habitantes em idade ativa, mas que não estão trabalhando, ou estão inseridos no mercado de trabalho informal, sem carteira assinada, estando desprotegidos.

A falta de emprego e a não geração de renda no âmbito da família acaba resultando no aumento de número de pessoas em situação de pobreza. Do total da população municipal estimada, 1.483 encontra-se em situação de extrema pobreza (IBGE/2010), significando 8,1% do total da população, apresentando-se em 14,4% na zona rural e 85,6% na zona urbana.

No Sistema do Cadastro Único/Programa Auxílio Brasil (instituído pela Lei nº 14.284 de 29/12/2021, com decretos, portarias e instruções complementares), do Governo Federal, consta: 3.126 famílias inseridas; 1906 cadastros atualizados; 2.231 famílias com renda de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e 987 benefícios recebendo o PAB, (período maio/2022). Ainda, inerentes ao PAB, há no Município 224 beneficiários do Auxílio Gás (R\$24.640,00) e 986 beneficiários do valor complementar (R\$197.200,00), perfazendo o valor total de R\$398.810,00 (agosto/2022) em recursos financeiros transferidos pelo Programa Auxílio Brasil às famílias atendidas do Município.

Além do PAB, há também 44 famílias que recebem do Programa Renda Nossa Gente/PR (Família Paranaense), resultando o valor de R\$ 1.949,00. Além dos atendimentos realizados pelo Programa Auxílio Brasil, o CRAS atendem mais de 3.500 pessoas/famílias através de cadastro específico para benefícios eventuais disponibilizados pela SMAS, conforme orienta a Política Pública de Assistência Social.

A pobreza e falta de recursos, atreladas a outros segmentos, influenciam na qualidade de vida dos habitantes do município, bem como, no Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM da cidade. Segundo dados estatísticos da última realização do



Censoem 2010, o Município apresenta o seguinte IDHM (IPARDES, 2018).

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - 2010

| INFORMAÇÃO | ÍNDICE (1) | UNIDADE |
|---|--------------|---------|
| Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) | 0,663 | - |
| IDHM - Longevidad | 0,811 | - |
| Esperança de Vida ao nascer | 73,63 | ANOS |
| IDHM - Educação | 0,546 | - |
| Escolaridade da população adulta | 0,36 | - |
| Fluxo escolar da população jovem (frequência escolar) | 0,66 | - |
| IDHM - Renda | 0,658 | - |
| Renda per capita | 479,7 | 1 |
| Classificação na unidade da federação | 341 | - |
| Classificação Nacional | 2828º | - |

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE(1991,2000,2010).

A partir da tabela exposta, podemos perceber como o IDHM não está na faixa de baixo, mas também há muito ainda a se desenvolver, principalmente em quesitos educacionais, pois ainda temos uma taxa alta de analfabetismo, sendo esta em torno de 8,43%, baixo fluxo escolar e baixa renda percapita (IBGE/2010).

No que remete a vulnerabilidade, há no Município 03 (três) maiores focos concentrados na área urbana identificada como: Vila São Pedro, Jardim Bela Vista I e Estação/Grêmio. Além dos focos localizados na área urbana, há o registro na região rural de 03 (três) maiores focos de vulnerabilidade, sendo: Distrito do Ouro Verde (57 km), distrito do Reianópolis (24 km) e Bairro Pinhalzinho (76 km).



4. GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM SENGÉS

- GESTÃO

O órgão administrativo da Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS está localizado à Rua Vereador Basílio Costa, nº 309, Bairro Morungava, atualmente a equipe está composta por 03 (três) servidores, incluída a Secretária de Assistência Social, com apoio técnico dos profissionais dos demais setores.

A Gestão é responsável pelo acesso, execução e prestação de contas dos convênios, incentivos e recursos financeiros inerentes a Política de Assistência Social, sejam estes recebidos pelas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal).

Tivemos a aprovação da Lei Municipal nº391/2019 de 16/10/2019, que regulamenta o SUAS – Sistema Único de Assistência Social do Município de Sengés/PR.

Está sob a responsabilidade da Gestão da SMAS, a coordenação dos serviços realizados no Município, dando suporte aos equipamentos existentes e distribuídos pelo território, sendo: CRAS/São Pedro, SCFV – Projeto Piá, SCFV – Centro de Convivência da Terceira Idade, Setor de Proteção Social Especial, Serviço de Acolhimento – Casa Lar, Setor Cadúnico, Unidade Ouro Verde, Unidade Reianópolis, Conselho Tutelar; também, responsabilidades junto às parcerias com as Entidades ASPMIF e APAE.

- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica no Município é realizada conforme preconiza a PNAS, realizando os atendimentos e atividades para o desenvolvimento dos trabalhos com os indivíduos e famílias que ainda não tiveram os vínculos familiares e comunitários rompidos, porém são frágeis. A PSB objetiva o fortalecimento destes vínculos superando as fragilidades, trabalhando na lógica da matricialidade sociofamiliar.



A Secretaria dispõe atualmente, de um CRAS, sendo: CRAS/São Pedro, localizado à Rua: Acácio de Souza, 116 – Vila São Pedro, região periférica da cidade, estruturado e organizado, conforme preconiza a legislação do SUAS, apto e recebendo co-financiamento Federal e Estadual para efetivação da política.

Vinculado ao CRAS/São Pedro, a SMAS, dispõe de uma profissional técnica, como “equipe volante”, no Centro de Convivência da 3ª Idade, que atua como técnica de referenciada para os atendimentos e apoios a região central da cidade. Ainda, e complementando a estrutura da Secretaria, existem unidades de atendimento distribuídas pelo território do Município, sendo no Bairro Ouro Verde e no Bairro Reianópolis, espaços que funcionam como locais de apoio para agendamento e execução de serviços e atendimentos aos usuários.

1. CRAS/SÃO PEDRO: TELEFONE: (43) 3567-2463 (WHATSAPP)

O CRAS realiza acolhida, visitas domiciliares, encaminhamentos para a realização, regularização e retirada de documentos como CPF, RG, 2ª via de certidão de casamento e nascimento e encaminhamentos para fazer foto 3x4. São realizados também encaminhamentos para acesso ao INSS para concessão e continuação de processo de BPC, reabilitação e requerimento de aposentadoria, auxílio-doença, auxílio reclusão, auxílio maternidade e também para eventuais contatos para orientações. Também é promovida a concessão de benefícios eventuais, como a entrega de cestas básicas, cobertores, colchões, entre outros conforme surgimento das demandas, orientações para acesso aos Programas Auxílio Brasil, Nossa Gente PR, PAIF, SCFV, bem como, o acompanhamento das famílias, situações e questões sociais do território de abrangência, que é composto pelos bairros: São Pedro, Bela Vista I, II e III, Núcleo Osvaldo Sampaio (Cohapar), Residencial Nossa Gente.



SERVIÇOS REALIZADOS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Programa Auxílio Brasil – Cadúnico

É executado no Setor Cadúnico, anexo ao prédio da Gestão, e também nas estruturas de apoios nos Bairros rurais, ocorrendo o atendimento para esclarecimento de dúvidas, orientações, atualização cadastral, inclusão no programa, recadastramentos, apoio e acompanhamento das incondicionalidades.

Benefício de Prestação Continuada – BPC

É um benefício da Política de Assistência Social que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. O BPC é individual, não vitalício e intransferível e assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo vigente. Segundo dados do Ipardes (2018), temos em Sengés:

Tabela 4 – População Censitária segundo tipo de Deficiência – 2010

| TIPO DE DEFICIÊNCIA | POPULAÇÃO |
|--|-----------|
| Pelo menos uma das deficiências investigadas (1) | 3687 |
| Visual | 2816 |
| Auditiva | 745 |



| | |
|--------------------------------|------------|
| Física e/ou motora | 1396 |
| Mental e/ou intelectual | 238 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014. (1) A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.

Segundo o Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania (novembro/2021), em Sengés havia 255 Pessoas com Deficiência – PcD e 133 idosos recebendo o BPC no mês de setembro/2021, representando um valor financeiro total de R\$ 280.500,00 aos PcD e R\$146.300,00 aos Idosos nesse mês para pagamento. Totalizando de janeiro a setembro/2021 o valor de R\$ 3.872.000,00 para pagamento de PBC de PcD e Idosos beneficiários no Município.

Os CRAS têm papel fundamental no que diz respeito a prestar apoio ao usuário no acesso a este Benefício. O Assistente Social, é o profissional primordial neste processo, é quem orienta e identifica situações, auxilia na organização documental para dar entrada em processos e realiza agendamentos junto a Agência da Previdência Social de Jaguariaíva/PR e acompanhamento da concessão do benefício.

Benefícios Eventuais

No CRAS é realizada a concessão de Benefícios Eventuais promovendo um auxílio à família num momento de vulnerabilidade. Para isto, a Assistente Social realiza a acolhida, orientação, atendimento técnico social para concessão de tais benefícios definidos como: cesta básica, passagem, fotos, documentos, fralda, auxílio-financeiro, materiais de construção (Projeto Teto Solidário), auxílio-natalidade e funeral. Importante salientar, que esses benefícios são concedidos apenas com parecer técnico da profissional.

Orientações de Serviços da Previdência Social

Além do atendimento referente ao BPC, a Assistente Social também realiza orientações diversas decorrentes das demandas espontâneas, ou seja, sujeitos que a



procuram para tirar dúvidas referentes ao processo de aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-maternidade, entre outros. Para isto, a profissional orienta o usuário sobre os serviços prestados pela previdência social e agendamentos, faz acompanhamento dos processos e também consiste na técnica de apoio e referência para a APS da região, procurar informações e a localização de beneficiários.

A Assistente Social do CRAS está em constante contato com a Assistente Social da APS de Jaguariaíva – PR, com o intuito de realizar um trabalho em rede para o melhor atendimento dos usuários e a garantia de seus direitos.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

O SCFV é realizado para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e para idosos acima de 60 anos. Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, prevenir ou retirar idosos, crianças e adolescentes de situações de isolamento, além de ser voltado para sujeitos que estão em situação de negligência, violência (sendo esta física, psicológica, moral ou sexual). O trabalho é realizado por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, o interesse por cultura e por cidadania. Atualmente o SCFV está realizado e é realizado em três espaços distintos:

Tabela 5 – Local aonde é realizado o SCFV no Município

| LOCAL | IDADE | CARGA HORÁRIA |
|-----------------------------------|--------------------------|--|
| Projeto Piá | 6 à 11 anos completos | 15 horas semanais |
| CRAS Vila São Pedro | 12 anos até 18 anos inc. | 9 horas semanais |
| Centro de Convivência da 3ª Idade | Acima de 60 anos | Realização de diversas atividades cotidianas, seguindo cronograma do Serviço |

Fonte: autoria própria.



Oficina de artes manuais (grupo de artesanato de mulheres)

São realizadas no CRAS e no CCTI atividades de artesanato e pintura para mulheres acima de 18 anos que possuem interesse de participar. As atividades realizadas não são de cunho econômico, ou seja, geração de renda, mas sim como integração, participação na comunidade e no CRAS e como um complemento a realização dos grupos do PAIF, focando nas artes manuais, considerando um pedido dos próprios participantes que justificam que este tempo de passam reunidas nas oficinas, funciona como uma terapia mental, ajudando-as muitas vezes na superação da ansiedade, da depressão, do isolamento social, da violência doméstica e outras situações que vivenciam.

PAIF

Ocorre na sede do CRAS, pela equipe técnica que o compõem, tem o atendimento direcionado às famílias em situação de vulnerabilidade social, prestado de forma contínua na proteção social básica, através dos atendimentos socioassistenciais e também, fazendo encaminhamentos à rede de proteção social local, podendo ainda, expandir para a rede de políticas públicas em âmbito municipal. O serviço recebe co-financiamento Federal, acrescido de recursos próprios do Município para manutenção das atividades.

Programa Nossa Gente/PR (antigo Programa Família Paranaense – PFP)

O Município de Sengés fez adesão espontânea junto ao Governo Estadual em 2012, passando a executar a metodologia do Programa Família Paranaense, junto as famílias referenciadas ao CRAS/São Pedro. Muito tempo passou, muito trabalho foi realizado, muitos êxitos foram alcançados. Atualmente o Município permanece executando o programa, que ganhou novo nome - Programa Nossa Gente/PR. As tarefas, metodologias e processos permanecem, consistindo em alimentar o sistema estadual com



dados das famílias acompanhadas, manter atualizadas as informações, realização de visitas, aplicação de diagnósticos, bem como, a realização de reuniões semanais com o Comitê Local que faz o monitoramento das ações realizadas com as famílias.

O Programa Nossa Gente/PR também possibilita o acesso a incentivos financeiros para proporcionar melhorias no atendimento às famílias participantes, bem como, na melhoria estrutural dos serviços, o Município de Sengés tem sido contemplado com valores financeiros que contribuíram muito para o avanço e o aprimoramento da Política de Assistência Social local. Atualmente (julho/2022), estão em acompanhamento 102 famílias.

- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

A PSE de Média Complexidade realiza serviços/atendimentos às famílias e indivíduos que tiveram em algum momento seus direitos violados, mas não tiveram os vínculos familiares e comunitários rompidos. Enquanto a Proteção Social Básica realiza ações e acompanhamentos para que os vínculos não sofram e se mantenham, a Proteção Social Especial de Médica Complexidade trabalha com o intuito de restabelecer os vínculos que estão fragilizados ou já foram rompidos.

O Município possui atualmente o Setor de Proteção Social Especial, sendo este localizado à Rua José Domingos Branco, nº 46, Centro, telefone: (43) 3567-1155. Os atendimentos ofertados na PSE são para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, afastadas do convívio familiar, situação de abandono e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. As famílias e indivíduos são acompanhados através de visitas domiciliares, atendimento individual ou grupo com as técnicas do local.



SERVIÇOS REALIZADOS PELA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

– Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

As Medidas socioeducativas são medidas aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo. O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto possui interface com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, devendo, assim, compor o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas podem acontecer em liberdade, em meio aberto ou com privação de liberdade, sob internação.

As formas de execução de medida socioeducativa são:

- **Liberdade Assistida:** a mesma pressupõe certa restrição de direitos e um acompanhamento sistemático do adolescente, mas sem impor ao mesmo o afastamento de seu convívio familiar e comunitário. Essa medida é fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída caso a Justiça determine.
- **Prestação de Serviço à Comunidade:** consiste na realização de atividades gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como, em programas comunitários governamentais.

A Proteção Social Especial do Município de Sengés oferece o serviço de proteção social para adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida -LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, com a finalidade de promover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens encaminhados pela Vara



de Infância e Juventude da nossa comarca.

Atualmente, encontram-se em acompanhamento de medida socioeducativa entre LA e PSC 12 adolescentes. Estes recebem atendimento semanal com a Psicóloga e Assistente Social através dos grupos de atendimento.

– Programa Família Paranaense: modalidade AFAI - Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa.

A proposta de Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI) surgiu com o objetivo de estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação (Deliberações 020/2012 e 081/2013 CEDCA), ambos os convênios/projetos foram executados e concluídos pelo Município. Atualmente – julho/2022 encontra-se 06 adolescentes internados no CENSE.

4.3.2.3 PAEFI – Proteção e atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos

O PAEFI é um programa executado obrigatoriamente pelo CREAS, voltado a atender famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados oferecendo apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

O programa tem por objetivo desenvolver ações que promovam contribuir para o desenvolvimento da família no seu papel de proteção, incluir as famílias no sistema de proteção social e serviços públicos, contribuir para acabar com as situações de violações de direitos nas famílias buscando prevenir a reincidência de violações de direitos.

Atualmente, o município atende no programa PAEFI as famílias das crianças que se encontram acolhidas na Casa Lar, as famílias de crianças e/ou adolescentes



que já retornaram ao convívio familiar e famílias que estão em situações de vulnerabilidade social.

- Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Segundo a PNAS (2004), caracterizam-se como Proteção Social Especial de Alta Complexidade os atendimentos que garantem a proteção integral dos sujeitos, sendo estes: atendimento integral institucional, república, casa lar, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, medidas sócioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) e trabalho protegido.

Por ser Sengés caracterizar-se como Município de Pequeno Porte I, os únicos serviços dos citados anteriormente que é realizado na PSE de Alta Complexidade consiste na Casa Lar, local onde crianças e adolescentes encontram-se em situação de acolhimento institucional, pois necessitaram ser retiradas de seu seio familiar por se encontrar em situação de risco e vulnerabilidade social, física, psíquica ou moral; e na Casa de Passagem – serviço desenvolvido pela Instituição denominada de ASPMIF que abriga temporariamente sujeitos que estão no Município e não possuem local para ficar por prazo curto de tempo.

A Casa Lar tem capacidade para acolher 10 (doze) crianças e/ou adolescentes e conta com o serviço de cuidadora social em turnos de trabalho, dia e noite. A Casa de Passagem conta com dois quartos na entidade e com equipe que auxilia nos cuidados necessários. Ambos os serviços compõem a parceria Município e Entidade, através da formalização de um Termo de Colaboração.



ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS – NÃO GOVERNAMENTAIS DE SENGÉS

O Município de Sengés conta com a estrutura de duas entidades da sociedade civil, sendo elas:

- **ASPMIF:** que atua no desenvolvimento dos serviços: Serviço de Proteção Social Básica - SCFV “Aprender e Viver” para crianças e adolescentes de 06 a 18 anos; SCFV - “Clube de Gestante; Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Casa de Passagem; Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Acolhimento Institucional/Casa Lar;
- **APAE:** que atua na execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias.

5 - OBJETIVOS

Objetivo Geral

Consolidar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município de Sengés/PR, de forma a viabilizar a garantia de direitos aos usuários da assistência social nos diferentes níveis de proteção básica e especial, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei nº. 12.594/2012), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB–RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93), além das leis Municipais, Decretos e regulamentações do CNAS.



Objetivos Específicos

- Aprimorar as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica, Especial no Município de Sengés/PR, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS;
- Implantar novas ações e serviços de acordo com a Tipificação e demandas do Município tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93);
- Apoiar os conselhos enquanto instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil conforme legislação Nacional, Estadual e Municipal, como forma de democratizar a gestão;
- Aprimorar as estratégias de gestão para garantir a execução das ações previstas na Política Municipal de Assistência Social, em todos os níveis de Proteção, buscando fortalecer os espaços de participação social e as instâncias de controle social no SUAS;
- Qualificar os serviços socioassistenciais ofertados;
- Promover a redução da vulnerabilidade social para dar condição de dignidade às famílias e ou pessoas que se encontram em situação de exclusão;
- Assegurar proteção básica e especial às famílias que residem no município de forma que alcance todas as faixas etárias (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência);
Desenvolver cursos de formação continuada aos profissionais da Política Municipal de Assistência Social.



- Potencializar a integração e qualificação das organizações da sociedade civil fortalecendo sua participação nas ofertas de Assistência Social;
- Aperfeiçoar a relação do SUAS com as demais Políticas Públicas, Sistema de Justiça e com o Sistema de Garantia de Direitos.

6 - DIRETRIZES E PRIORIDADES ESTABELECIDAS

Como exposto, este Plano toma como referência os Princípios do SUAS conforme a NOB SUAS, Art. 3º (BRASIL, 2012):

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

No que remete às Diretrizes, este Plano segue as orientações nacionais, porém sempre adequando a realidade do Município de Sengés, sendo estas:

I - garantia dos princípios éticos de provisão dos direitos socioassistenciais;



II - articulação entre a SMAS, demais políticas públicas, Sistema de Justiça e Sistema de Garantia de Direitos;

III - sustentação da política municipal de assistência social no tripé proteção social, vigilância socioassistencial e garantia de direitos;

IV - qualificação permanente;

V - respeito às diversidades e heterogeneidades territoriais, familiares e individuais;

VI – gestão democrática e participativa.

7 - DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS

1 – Universalização do SUAS - Tornar os serviços e benefícios socioassistenciais acessíveis, garantindo que sua qualificação e ampliação sejam orientadas pelo conhecimento e reconhecimento das diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios e das manifestações de desigualdades que expressam demandas no campo da proteção social não contributiva.

2 – Aperfeiçoamento Institucional Contínuo do SUAS - Buscar o contínuo aperfeiçoamento por meio da plena consolidação dos dispositivos de gestão do trabalho, de gestão da vigilância socioassistencial, da gestão orçamentária e financeira, do pacto federativo como forma de assegurar a integralidade da proteção social, com o comprometimento de todos os entes federados. (Plano Nacional de Assistência Social-2016/2026).

3 – Integração dos Dispositivos de Segurança de Renda - Definir e demarcar o lócus institucional da gestão do Cadastro Único e dos benefícios socioassistenciais continuados, eventuais e de transferência de renda, que fortaleça e faça jus aos seus papéis estratégicos e às necessidades e complexidades de sua gestão no âmbito do SUAS, integrados aos serviços socioassistenciais e aos registros nos



sistemas de informação correspondentes.

4 – Gestão Democrática, Participativa e Transparente - Fortalecer e ampliar espaços de participação, pactuação, negociação e deliberação para assegurar o caráter democrático e participativo do SUAS e implementar política de comunicação que assegure ampla divulgação das provisões socioassistenciais, reafirmando-as como direitos e enfrentando preconceitos. (Plano Nacional de Assistência Social-2016/2026).

5 – Integralidade da Proteção Socioassistencial - Definir e demarcar o lócus institucional da gestão do Cadastro Único e dos benefícios socioassistenciais continuados, eventuais e de transferência de renda, que fortaleça e faça jus aos seus papéis estratégicos e às necessidades e complexidades de sua gestão no âmbito do SUAS, integrados aos serviços socioassistenciais e aos registros nos sistemas de informação correspondentes. (Plano Nacional de Assistência Social-2016/2026).

8 - PRIORIDADES, METAS E ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SUAS

- GERÊNCIA DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SUAS

| Nº | PRIORIDADES DEFINIDAS | ESTRATÉGIAS | METAS | INDICATIVO DO PLANO | METAS | | | |
|----|---|--|--|---|-------|------|------|------|
| | | | | | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| 01 | Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS. | Garantir o contínuo aperfeiçoamento do SUAS, com a aprovação da Lei de Benefícios Eventuais. | Monitorar a lei de Benefícios Eventuais. | Metas alcançadas no ano referente a monitoração dos Benefícios Eventuais. | X | | | |
| 02 | Aplicar, na oferta dos Benefícios Eventuais, a lógica do direito, o princípio da linguagem acessível e diversificada no atendimento ao Usuário. | Efetivar o princípio democrático do direito, respeitando as condicionalidades da renda, a diversidade e as especificidades dos Usuários. | Garantir o acesso aos direitos dos usuários conforme a necessidade de cada situação. | Número de metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| 03 | Criar estratégias para agilização dos processos de licitação, obedecendo aos prazos para compra dos insumos. | Manter boa conversa com o setor responsável pela operacionalização dos processos licitatórios, bem como, informar sobre a dinâmica dos | Articular os contatos entre os servidores a fim de agilizar a dinâmica dos serviços. | SMAS e Prefeitura. | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|---|--|---|--|---|---|---|---|
| | | serviços. | | | | | | |
| 04 | Orientar, a partir das informações produzidas pelo CNEAS e Censo SUAS, as Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas noCMAS, no sentido das adequações necessárias para a potencialização de suas ofertas | Orientar a realização de ajustes na condução das Entidades e Organizações de Assistência Social sempre que necessário. | Realizar anualmente os ajustes quando necessários. | Metas referentes aos ajustes alcançados no ano. | X | X | X | X |
| 05 | Realizar ações intersetoriais no Município para acompanhar as condicionalidades do PAB e Cadúnico. | Coordenar a relação entre as Secretarias Municipais, Educação, Saúde e Assistência Social, promovendo a articulação intersetorial planejada e sistemática para o bom andamento da gestão do PAB e do Cadastro Único. | Fortalecer a comunicação das secretarias e rede de serviços socioassistenciais a fim de agilizar o andamento das demandas do PAB e Cad Único. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| 06 | Garantir Educação Permanente aos trabalhadores com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do SUAS. | Planejar e executar ações de Supervisão Técnica em consonância com os parâmetros estabelecidos na Resolução CNAS nº6 (13/04/2016). | Monitorar as ações executadas conforme a Resolução CNAS nº6 (13/04/2016). | Número de metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| 07 | Avaliar a execução | Utilização dos indicadores do Ministério da Cidadania (RMA, Censo SUAS e outros) para avaliar em âmbito local a execução da Política de Assistência Social (equipe de RH, infraestrutura, qualidade da oferta); | Monitoramento e avaliação: aprimoramento dos padrões de qualidade dos serviços, indicadores de avaliação e resultado. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Tabulação e análise da pesquisa de qualidade dos serviços socioassistenciais; | Realizar pesquisa através de questionário. | Metas alcançadas após pesquisa aplicada no ano. | X | X | X | X |
| | | Análise quadrimestral e apresentação semestral da pesquisa realizada nos serviços (por oferta). | Promover reunião quadrimestral para apresentar o resultado da pesquisa. | Metas alcançadas no ano com a pesquisa aplicada. | X | X | X | X |
| 08 | Instituir o monitoramento e a revisão dos | Atualização dos protocolos de referência e contra- | Informatização dos protocolos de referência e | Metas alcançadas referente os | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|---|--|---|---|---|---|---|---|
| | protocolos de referência e contra-referência | referência; | contra referência. | protocolos de atendimento. | | | | |
| | | Análise e Apresentação de dados às proteções; | Monitoramento de dados às proteções. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Coleta de dados do RMA; | Monitoramento do RMA | Número de dados coletados no ano. | X | X | X | X |
| 09 | Gerir o fluxo dos benefícios Assistenciais na Secretaria de Assistência Social | Articulação do processo de capacitação para conselheiros da atual gestão do CMAS; | Realizar no mínimo 2 capacitações no ano. | Número de capacitações realizadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Planejar a rotina de divulgação de dados referentes à concessão e pagamento de benefícios assistenciais; | Executar e monitorar a divulgação referente ao pagamento de benefícios assistenciais. | Metas Alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Viabilizar acesso aos benefícios eventuais; | Monitorar e executar. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| 10 | Produzir e atualizar diagnósticos sócio-territorial, por segmento, por benefício, demanda por serviço | Atualização análise dos dados do Diagnóstico sócio-territorial 01 (uma) vez ao ano; | Monitoramento do Diagnóstico socio-territorial. | Metas de atualização realizada no ano. | X | X | X | X |
| | | Captar, tratar e compilar dados sobre demandas/ segmentos/ benefícios/ ofertas Socioassistenciais quadrimestral. | Executar e acompanhar. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |

- GERÊNCIA DA UNIDADE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

| Nº | Prioridades definidas | Estratégias | Meta | Indicativo do Plano | Metas | | | |
|----|--|---|---|---|-------|------|------|------|
| | | | | | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| 01 | Garantir recursos humanos para execução dos serviços de Proteção Social Básica | Adequação das equipes conforme orientações técnicas dos CRAS; | Promover capacitação para a equipe técnica. | Número de capacitações realizadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Manter e ampliar "equipe volante" para aprimorar os atendimentos de Proteção Social Básica em locais específicos e mais distantes como as áreas rurais e de difícil acesso; | Adequação de espaço para o atendimento da equipe volante nos bairros de difícil acesso da área rural. | Número de sedes de atendimento da equipe volante na zona rural. | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|--|---|---|--|---|---|---|---|
| | | Implantar equipe para o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio | Promover através da equipe de PSB o acesso e inclusão dos usuários aos serviços ofertados. | Número de usuários atendidos pela equipe de PSB no domicílio. | X | | | |
| 02 | Aprimorar a gestão dos CRAS | Assegurar o desenvolvimento, execução e avaliação de plano de ação anual para execução dos serviços nos CRAS. | Promover através do plano de ação a garantia de oferta de serviços no CRAS. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| 03 | Garantir a oferta e aprimorar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. | Aumentar o número de famílias atendidas e acompanhadas no Serviço do PAIF. | Realizar ações coletivas com grupos no âmbito do PAIF – Acolhida, oficina e ações comunitárias com as famílias. | Número de famílias e ações desenvolvidas através do PAIF. | X | X | X | X |
| | | Realizar ações de sensibilização, promoção dos direitos e prevenção à violação de direitos em territórios de alta concentração de vulnerabilidade | Realizar no mínimo 02 (duas) ações no ano. | Número de ações realizadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Capacitação, em parceria com a Gestão do Trabalho, dos profissionais que atuam no PAIF com vistas a aprimorar as ações do serviço | Ofertar no mínimo 2 (duas) capacitações no ano a fim de aprimorar as ações dos serviços. | Número de capacitações realizadas no ano. | X | X | X | X |
| 04 | Garantir o atendimento e/ou acompanhamento do público prioritário do PAIF. | Acompanhar no PAIF, famílias cadastradas no CadÚnico. Com projeção de aumento em 5% ao ano do alcance dos atendimentos. | Incluir as famílias ou indivíduos no serviço de acompanhamento o PAIF, através do cadúnico. | Porcentagem de famílias acompanhadas pelo PAIF e cadastradas no cadúnico no ano. | X | X | X | X |
| | | Atender no PAIF, famílias cadastradas no CadÚnico. Com projeção de aumento em 5% ao ano do alcance dos atendimentos. | Realizar ações no âmbito do PAIF, com as famílias cadastradas no cad único | Porcentagem de famílias assistidas pelo PAIF no ano. | X | X | X | X |
| | | Acompanhar no PAIF, famílias com beneficiários do BPC – Prestação Continuada. | Estabelecer no mínimo o acompanhamento o quinzenal das famílias beneficiárias do BPC no âmbito do PAIF. | Número de famílias beneficiárias do BPC acompanhadas no ano, quinzenalmente. | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|--|---|--|--|---|---|---|---|
| | | Possibilitar acesso do público prioritário ao BPC | Desenvolver o ações com vistas a inclusão social do Público prioritário do BPC. | Número de ações desenvolvidas com o publico prioritário do BPC. | X | X | X | X |
| | | Inserir as famílias beneficiárias do BPC no Cadúnico e acompanhar suas atualizações. | Promover no minimo duas campanhas no ano com orientações referente a importância da atualização. cadastral do BPC. | Número de campanhas realizadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Acompanhar no PAIF, famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil – PAB, que apresentem vulnerabilidades sociais além da renda. | Promover o acesso das famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil – PAB aos serviços de atendimento prestados no âmbito do PAIF. | Número de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil – PAB acompanhadas pelo PAIF no ano. | X | X | X | X |
| 05 | Garantir a prestação de serviços tipificados (oferta do PAIF em quantidade e qualidade correspondente às demandas territoriais). | Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do PAB em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, com registro no respectivo sistema de informação, cujos motivos sejam da Assistência Social. | Forlatacer o acompanhamento com as famílias em fase de superação do descumprimento de condicionalidades no âmbito do PAIF. | Número de famílias acompanhadas pelo PAIF em fase de superação do descumprimento de condicionalidades. | X | X | X | X |
| 06 | Qualificar e ampliar, conforme demanda, a oferta de SCFV no Município. | Ampliar a oferta do SCFV na rede privada levando em consideração as demandas de faixas etárias do território e priorizando os territórios onde não há oferta privada. | Aprimorar o SCFV como espaço para o convívio e prevenção das situações com vista a demanda territorial. | Número de grupos do SCFV ampliados. | X | X | X | X |
| 07 | Potencializar e fomentar a intersectorialidade visando a integração com as demais políticas de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às | Interlocução, através de reuniões e estreitamento de contatos, com as demais Políticas Públicas, facilitando a articulação dos territórios para garantir acesso dos usuários a oportunidades. | Estabelecer mensalmente reuniões como um espaço de contato com as demais políticas Públicas. | Número de reuniões no ano. | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|--|---|---|---------------------------------------|---|---|---|---|
| | famílias em situação de vulnerabilidade. | Identificar situações de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, fomentando sua inserção no sistema de ensino. | Acompanhar todas as famílias identificadas com crianças, adolescentes e jovens fora da escola. | Número de famílias acompanhadas. | X | X | X | X |
| 08 | Efetivar a referência e contra- referência integrando as Proteções Sociais Básica e Especial | Criação, manutenção e fortalecimento do Grupode Trabalho Interproteções. Cronograma de reuniões bimestrais. | Aprimorar Grupo de Trabalho Interproteções e Cronograma de reuniões bimestrais. | Número de reuniões bimestrais no ano. | X | X | X | X |
| 09 | Garantir a execução do Programa Nossa Gente/PR. | Acompanhar, conforme diretrizes do Programa Estadual e termo de adesão as famílias do Programa. | Aprimorar a equipe de de execução do Programa e termo de adesão. | | X | X | X | X |
| 10 | Efetivar a gestão dos territórios. | Aprimorar e atualizar o diagnóstico da realidade social, mapeando as vulnerabilidades e necessidades reais de cada território/região. | Desenvolver ações territoriais visando a superação das vulnerabilidades sociais de cada região. | Número de ações realizadas no ano. | X | X | X | X |



- GERÊNCIA DA UNIDADE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ESPECIAL

| Nº | Prioridades definidas | Estratégias | Meta | Indicativo do Plano | Metas | | | |
|----|--|--|--|--|-------|------|------|------|
| | | | | | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| 01 | Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade no que se refere à infraestrutura dos equipamentos | Manter e conservar o espaço da PSE, garantindo estrutura mínima e eficaz para os atendimentos. | Implantar a Sede própria da PSE, garantindo um espaço amplo a fim de atender todas as demandas do município. | Metas alcançadas com relação a sede – PSE. | X | | | |
| | | Aprimorar o equipamento PSE, garantindo estrutura física própria do Município, com melhores adequações dos espaços para as variadas formas de atendimento. | Executar a manutenção do equipamento PSE para melhor qualidade do serviço prestado. | Metas alcançadas no ano referente a manutenção da PSE. | | X | | |
| | | Manter a análise e estudos periódicos de planejamento da viabilidade e necessidade de implantação de CREAS no Município. | Expandir a equipe técnica conforme NOB RH SUAS para a implantação de um CREAS. | Implementação e equipe contratada. | X | X | X | X |
| | | Articular a inserção, nos serviços socioassistenciais de 100% das famílias que venham a apresentar situação de trabalho infantil em seu contexto familiar. | Acompanhar as famílias inseridas no serviço em situação de trabalho infantil. | Número de famílias inseridas no ano. | X | X | X | X |
| 02 | Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade no que se refere aos recursos humanos | Adequar e manter as equipes de Média Complexidade, conforme a NOB/RH. | Monitorar | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Analisar, periodicamente, a necessidade de se instaurar o Serviço de Abordagem Social, ampliando a cobertura e oferta do serviço nas áreas rurais. | Expandir o Serviço de Abordagem Social em todos os bairros da zona rural. | Número de bairros da zona rural atendidos pelo serviço de abordagem social no ano. | X | X | X | X |
| 03 | Ampliação da cobertura do PAEFI. | Atender e acompanhar famílias/indivíduos em situação de risco social através do PAEFI. | Resgatar os vínculos familiares. | Número de famílias atendidas. | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|---|---|---|---|
| 04 | Qualificar os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade | Acompanhamento das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas. | Ampliar o trabalho em rede com as demais políticas de atendimento. | Número de famílias acompanhadas. | X | X | X | X |
| | | Criar, conforme análise de demanda equipe específica de abordagem social, com acompanhamento periódico as famílias. | Capacitar a equipe técnica de abordagem social. | Número de capacitações no ano. | X | X | X | X |
| | | Manter e aprimorar a parceria com Entidade na efetivação do Serviço da Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas famílias, mantendo acompanhamento periódico as situações existentes. | Ampliar o atendimento de pessoas com deficiência tendo como parceiro a entidade APAE e idosos a parceria com todos os órgãos de atendimento da rede de serviço do Município. | Número de metas alcançadas com as parcerias vinculadas ao atendimento de Pessoas portadoras de deficiência e idosos. | X | X | X | X |
| | | Manter a ofertar o Serviço de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de acordo com a capacidade instalada e demanda, com acompanhamento periódico dos casos. | Aprimoramento do Plano individual de Atendimento – PIA, conforme SINASE. | Número de metas alcançadas com o aprimoramento do PIA. | X | X | X | X |
| 05 | Fortalecer o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento | Ofertar o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de acordo com a capacidade instalada e demanda. | Capacitação da equipe técnica de trabalho. | Número de capacitação no ano. | X | X | X | X |
| | | Efetivar a capacidade protetiva das famílias de adolescentes internados por medidas socioeducativas de privação de liberdade, com foco no retorno do adolescente a convivência familiar. | Capacitar a equipe técnica de atendimento aos adolescentes internados e cumprimento de medidas socioeducativas com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares. | Número de capacitações ofertadas no ano. | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|---|--|---|--|---|---|---|---|
| | | Oferta de ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde ela reside. | Divulgação das ações planejadas de acordo com a demanda de cada território. | Número de ações Planejadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Acompanhamento intersetorial das famílias em situação de vulnerabilidade. | | Número de metas alcançadas com o monitoramento. | X | X | X | X |
| | | Ofertar de forma continuada, a qualificação profissional, garantindo a formação com melhoria na qualidade dos atendimentos. | Promover cursos e capacitações para toda equipe técnica. | Número de capacitações no ano. | X | X | X | X |
| 06 | Fortalecer o Serviço de atendimento às Crianças e Adolescentes vítimas de violências. | Execução de Ações Preventivas em relação aos Adolescentes em Conflito com a Lei - SINASE; | Realizar no ano 02 ações de prevenção ao adolescentes em conflito com a Lei (SINASE). | Número de ações de prevenções no ano. | X | X | X | X |
| | | Manutenção das Ações do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – SINASE | Execução das do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – SINASE | Metas alcançadas através da execução das ações, (SINASE). | X | X | X | X |
| | | Proporcionar capacitação periódicas, aos trabalhadores da rede de defesa, promoção e proteção das políticas de enfrentamento aos vários tipos de violência contra crianças e adolescentes. | Promover no mínimo 02 capacitações no ano. | Número de capacitações executadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Realizar campanhas educativas de sensibilização e orientação quanto à prevenção das várias formas de violência contra crianças e adolescentes. | Mobilizar e conscientizar a população quanto a importância à prevenção da violência contra crianças e adolescentes. | Metas alcançadas no ano através da mobilização da população, contra a Violência de crianças e adolescentes . | X | X | X | X |



| | | | | | | | | |
|----|--|--|--|--|---|---|---|---|
| | | Qualificar, por meio de capacitações, os/as profissionais para o atendimento às pessoas que cometem violência contra crianças e adolescentes. | Promover no mínimo 02 capacitações no ano. | Número de capacitações ofertadas no ano. | X | X | X | X |
| 07 | Qualificação dos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes | Capacitar, periodicamente, a Rede Socioassistencial em relação do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar do Município. | Formação aos profissionais da rede de atendimento. | Número de metas alcançadas relacionadas a formação profissional. | X | X | X | X |
| 08 | Aprimorar e qualificar a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e Sistema de Garantia de Direitos, visando o estabelecimento de fluxos e protocolos de encaminhamento e delimitação de competências. | Monitorar e Atualizar os protocolos de encaminhamentos de situações de risco envolvendo Poder Judiciário por meio do GT SGD. Planejar reuniões bimestrais. | Implantar o sistema informatizado integrado com toda rede de atendimento. | Número de metas alcançadas com a implantação do Sistema. | X | X | X | X |
| 09 | Aprimorar e fortalecer os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade. | Fortalecer a utilização do Plano de Acompanhamento Familiar. Realizar reuniões periódicas para acompanhamento dos processos. | Informatizar em o plano de acompanhamento familiar. | Número de metas alcançadas referente ao Plano de Acompanhamento Familiar | X | X | X | X |
| | | Implementar o grupo de responsáveis familiares por crianças e adolescentes em situação de negligência ou abandono intrafamiliar. Realizar reuniões bimestrais de acompanhamento. | Capacitar a equipe técnica de atendimento a Crianças e adolescentes em situação de negligência intrafamiliar. | Número de capacitações no ano. | X | X | X | X |
| | | Implementar o grupo de mulheres adultas em situação de violência intrafamiliar. Realizar reuniões bimestrais de acompanhamento. | Realizar a busca ativa de mulheres em situação de violência em parcerias com as demais políticas de atendimento. | CRAS, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, SMAS. | X | X | X | X |



- GERÊNCIA DE UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

| Nº | Prioridades definidas | Estratégias | Metas | Indicativo do Plano | Metas | | | |
|----|--|--|--|--|-------|------|------|------|
| | | | | | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| 01 | Proporcionar condições mínimas administrativas e financeiras para a boa execução da Política de Assistência Social no Município. | Executar com responsabilidade o orçamento previsto para a pasta. | Monitorar o orçamento previsto em pasta. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Prezar pela organização administrativa | Aprimorar de acordo com a necessidade de cada setor ligado à SMAS. | Metas alcançadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Planejar as ações a serem executadas | Adequar e monitorar as ações executadas. | Ações executadas no ano. | X | X | X | X |
| | | Ampliar equipe técnica e administrativa da SMAS | Capacitar a equipe administrativa. | Número técnicos e capacitações no ano. | X | X | X | X |

9 – IMPACTOS ESPERADOS

- Melhoria da gestão do trabalho do SUAS no Município;
- Melhoria da infraestrutura dos serviços, programas e benefícios sócioassistenciais ofertados;
- Ampliação da oferta de serviços;
- Diminuição do acolhimento institucional;
- Erradicação do Trabalho Infantil;
- Aprimoramento das parcerias com as entidades não governamentais constituídas no Município;
- Ampliação da informação e conhecimento sobre o trabalho e atuação da SMAS no Município;
- Constituição dos fluxos de atendimentos dos serviços, programas e benefícios existentes nos equipamentos;
- Aprimoramento da atuação do Conselhos Setoriais e de Direitos.



10 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este Plano Municipal de Assistência Social, trata-se de um instrumento de planejamento, logo, se adequará conforme as condições que se estabelecerem no âmbito das oportunidades do SUAS e suas atualizações, servirá como norte para as ações da Assistência Social no Município, e passará por aperfeiçoado conforme o desenvolvimento das atividades propostas e o alcance dos objetivos. Caberá a SMAS e ao CMAS o acompanhamento e efetivação das metas aqui contidas e /ou repactuadas.

Sengés, agosto de 2022.

RELATORIO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SENGÉS / PR 2022 - 2025

O monitoramento do PMAS 2022 – 2025 – mediante o processo de acompanhamento e monitoramento do PMAS 2022- 2025, com vistas a contribuir com a apropriação das análises realizadas pela Comissão, apresenta-se algumas considerações quanto aos itens constantes neste no Plano.

No momento presente a avaliação do PMAS 2022 – 2025, tendo em vista que é a primeira avaliação do Plano, sendo necessário tempo para implantação e implementação dos objetivos.

METAS E AÇÕES PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022- 2025

- GERÊNCIA DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SUAS

| Nº | Prioridades definidas | Ação Estratégias | Metas | Situação |
|----|---|--|--|--------------|
| | | | | |
| 01 | Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS. | Garantir o contínuo aperfeiçoamento do SUAS, com a aprovação da Lei de Benefícios Eventuais. | A lei foi alterada de Benefícios Eventuais. | Alcançada |
| 02 | Aplicar, na oferta dos Benefícios Eventuais, a lógica do direito, o princípio da linguagem acessível e diversificada no atendimento ao Usuário. | Efetivar o princípio democrático do direito, respeitando as condicionalidades da renda, a diversidade e as especificidades dos Usuários. | Garantir o acesso aos direitos dos usuários conforme a necessidade de cada situação. | Alcançada |
| 03 | Criar estratégias para agilização dos processos de licitação, obedecendo aos prazos para compra dos insumos. | Manter boa conversa com o setor responsável pela operacionalização dos processos licitatórios, bem como, informar sobre a dinâmica dos serviços. | Articular os contatos entre os servidores a fim de agilizar a dinâmica dos serviços. | Em andamento |
| 04 | Orientar, a partir das informações produzidas pelo CNEAS e Censo SUAS, as Entidades e Organizações de Assistência Social | Orientar a realização de ajustes na condução das Entidades e Organizações de Assistência Social sempre que necessário. | Realizar anualmente os ajustes quando necessários. | Em |

| | | | | |
|----|---|--|---|-----------|
| | inscritas noCMAS, no sentido das adequações necessárias para a potencialização de suas ofertas | | | andamento |
| 05 | Realizar ações intersetoriais no Município para acompanhar as condicionalidades do PAB e Cadúnico. | Coordenar a relação entre as Secretarias Municipais, Educação, Saúde e Assistência Social, promovendo a articulação intersetorial planejada e sistemática para o bom andamento da gestão do PAB e do Cadastro Único. | Fortalecer a comunicação das secretarias e rede de serviços socioassistenciais a fim de agilizar o andamento das demandas do PAB e Cad Único. | Alcançada |
| 06 | Garantir Educação Permanente aos trabalhadores com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do SUAS. | Planejar e executar ações de Supervisão Técnicaem consonância com os parâmetros estabelecidos na Resolução CNAS nº6 (13/04/2016). | Monitorar as ações executadas conforme a Resolução CNAS nº6 (13/04/2016). | Alcançada |
| 07 | Avaliar a execução | Utilização dos indicadores do Ministério da Cidadania (RMA, Censo SUAS e outros) para avaliar em âmbito local a execução da Política de Assistência Social (equipe de RH, infraestrutura, qualidade da oferta); | Implantado o monitoramento e avaliação dos padroes de qualidade dos serviço e os indicadores de avaliação e resultado. | Alcançada |
| | | Tabulação e análise da pesquisa de qualidade dos serviços socioassistenciais; | Aplicado no ano 2024 a pesquisa através de questionário. | Alcançada |
| | | Análise quadrimestral e apresentação semestralda pesquisa realizada nos serviços (por oferta). | Promover reunião quadrimestral para apresentar o resultado da pesquisa. | Alcançada |
| 08 | Instituir o monitoramento e revisão dos protocolos de referência e contra-referência | Atualizaçãodos dos protocolos de referência e contra-referência; | Informatizado no ano de 2023 os dos protocolos de referência e contra referência. | Alcançada |
| | | Análise e Apresentação de dados às proteções; | Monitoramento de dados às proteções. | Alcançada |
| | | Coleta de dados do RMA; | Monitoramento do RMA | Alcançada |

| | | | | |
|----|--|---|---|--------------|
| 09 | Gerir o fluxo dos benefícios Assistenciais na Secretaria de Assistência Social | Articulação do processo de capacitação para conselheiros da atual gestão do CMAS; | Realizar no mínimo 2 capacitações no ano. | Em andamento |
| | | Planejar a rotina de divulgação de dados referentes à concessão e pagamento de benefícios assistenciais; | Executar e monitorar a divulgação referente ao pagamento de benefícios assistenciais. | Alcançada |
| | | Viabilizar acesso aos benefícios eventuais; | Monitorar e executar. | Alcançada |
| 10 | Produzir e atualizar diagnóstico sócio-territorial, por segmento, por benefício, demanda por serviço | Atualização análise dos dados do Diagnóstico sócio-territorial 01 (uma) vez ao ano; | Monitoramento do Diagnóstico socio-territorial. | Alcançada |
| | | Captar, tratar e compilar dados sobre demandas/segmentos/benefícios/ofertas Socioassistenciais quadrimestral. | Executar e acompanhar. | Alcançada |

- GERÊNCIA DA UNIDADE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

| Nº | Prioridades definidas | Ação Estratégias | Meta | Situação |
|----|--|---|---|--------------|
| | | | | |
| 01 | Garantir recursos humanos para execução dos serviços de Proteção Social Básica | Adequação das equipes conforme orientação técnica dos CRAS; | Promover capacitação para a equipe técnica. | Em andamento |
| | | Manter e ampliar “equipe volante” para aprimorar os atendimentos de Proteção Social Básica em locais específicos e mais distantes como as áreas rurais e de difícil acesso; | Adequação de espaço para o atendimento da equipe volante nos bairros de difícil acesso da área rural. | Alcançada |
| | | Implantar equipe para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas | Promover através da equipe de PSB o acesso e inclusão dos usuários aos serviços ofertados. | Alcançada |

| | | | | |
|----|--|---|---|--------------|
| 02 | Aprimorar a gestão dos CRAS | Assegurar o desenvolvimento, execução e avaliação de plano de ação anual para execução dos serviços nos CRAS. | Promover através do plano de ação a garantia de oferta de serviços no CRAS. | Alcançada |
| 03 | Garantir a oferta e aprimorar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. | Aumentar o número de famílias atendidas e acompanhadas no Serviço do PAIF. | Realizar ações coletivas com grupos no âmbito do PAIF – Acolhida, oficina e ações comunitárias com as famílias. | Alcançada |
| | | Realizar ações de sensibilização, promoção dos direitos e prevenção à violação de direitos em territórios de alta concentração de vulnerabilidade | Realizar no mínimo 02 (duas) ações no ano. | Alcançada |
| | | Capacitação, em parceria com a Gestão do Trabalho, dos profissionais que atuam no PAIF com vistas a aprimorar as ações do serviço | Ofertar no mínimo 2 (duas) capacitações no ano a fim de aprimorar as ações dos serviços. | Em andamento |
| 04 | Garantir o atendimento e/ou acompanhamento do público prioritário do PAIF. | Acompanhar no PAIF, famílias cadastradas no CadÚnico. Com projeção de aumento em 5% ao ano do alcance dos atendimentos. | Incluir as famílias ou indivíduos no serviço de acompanhamento PAIF, através do cadÚnico. | Alcançada |
| | | Atender no PAIF, famílias cadastradas no CadÚnico. Com projeção de aumento em 5% ao ano do alcance dos atendimentos. | Realizar ações no âmbito do PAIF, com as famílias cadastradas no cadÚnico | Alcançada |
| | | Acompanhar no PAIF, famílias com beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada. | Estabelecer no mínimo o acompanhamento quinzenal das famílias beneficiárias do BPC no âmbito do PAIF. | Alcançada |
| | | Possibilitar acesso do público prioritário ao BPC | Desenvolver o ações com vistas a inclusão social do Público prioritário do BPC. | Alcançada |

| | | | | |
|----|---|---|--|--------------|
| | | Inserir as famílias beneficiárias do BPC no CadÚnico e acompanhar suas atualizações. | Promover no mínimo duas campanhas no ano com orientações referente a importância da atualização cadastral do BPC. | Alcançada |
| | | Acompanhar no PAIF, famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil – PAB, que apresentem vulnerabilidades sociais além da renda. | Promover o acesso das famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil – PAB aos serviços de atendimento prestados no âmbito do PAIF. | Alcançada |
| 05 | Garantir a prestação de serviços tipificados (oferta do PAIF em quantidade e qualidade correspondente às demandas territoriais). | Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do PAB em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, com registro no respectivo sistema de informação, cujos motivos sejam da Assistência Social. | Forlateral o acompanhamento com as famílias em fase de superação do descumprimento de condicionalidades no âmbito do PAIF. | Alcançada |
| 06 | Qualificar e ampliar, conforme demanda, a oferta de SCFV no Município. | Ampliar a oferta do SCFV na rede privada levando em consideração as demandas de faixas etárias do território e priorizando os territórios onde não há oferta privada. | Aprimorar o SCFV como espaço para o convívio e prevenção das situações com vista a demanda territorial. | Alcançada |
| 07 | Potencializar e fomentar a intersectorialidade visando a integração com as demais políticas de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às famílias em situação de vulnerabilidade. | Interlocução, através de reuniões e estreitamento de contatos, com as demais Políticas Públicas, facilitando a articulação dos territórios para garantir acesso dos usuários a oportunidades. | Estabelecer mensalmente reuniões como um espaço de contato com as demais políticas Públicas. | Em andamento |
| | | Identificar situações de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, fomentando sua inserção no sistema de ensino. | Acompanhar todas as famílias identificadas com crianças, adolescentes e jovens fora da escola. | Em andamento |
| 08 | Efetivar a referência e contra-referência integrando as Proteções Sociais Básica e Especial | Criação, manutenção e fortalecimento do Grupo de Trabalho Interproteções. Cronograma de reuniões bimestrais. | Aprimorar Grupo de Trabalho Interproteções e Cronograma de reuniões bimestrais. | Em andamento |

| | | | | |
|----|---|---|---|-----------|
| 09 | Garantir a execução do Programa Nossa Gente/PR. | Acompanhar, conforme diretrizes do Programa Estadual e termo de adesão as famílias do Programa. | Aprimorar a equipe de de execução do Programa e termo de adesão. | Alcançada |
| 10 | Efetivar a gestão dos territórios. | Aprimorar e atualizar o diagnóstico da realidade social, mapeando as vulnerabilidades e necessidades reais de cada território/região. | Desenvolver ações territoriais visando a superação das vulnerabilidades sociais de cada região. | Alcançada |

- GERÊNCIA DA UNIDADE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ESPECIAL

| Nº | Prioridades definidas | Ação Estratégias | Meta | Situação |
|----|--|--|--|--------------|
| | | | | |
| 01 | Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade no que se refere à infraestrutura dos equipamentos | Manter e conservar o espaço da PSE, garantindo estrutura mínima e eficaz para os atendimentos. | Implantar a Sede própria da PSE, garantindo um espaço amplo a fim de atender todas as demandas do município. | Alcançada |
| | | Aprimorar o equipamento PSE, garantindo estrutura física própria do Município, com melhores adequações dos espaços para as variadas formas de atendimento. | Executar a manutenção do equipamento PSE para melhor qualidade do serviço prestado. | Alcançada |
| | | Manter a análise e estudos periódicos de planejamento da viabilidade e necessidade de implantação de CREAS no Município. | Expandir a equipe técnica conforme NOB RH SUAS para a implantação de um CREAS. | Alcançada |
| | | Articular a inserção, nos serviços socioassistenciais de 100% das famílias que venham a apresentar situação de trabalho infantil em seu contexto familiar. | Acompanhar as famílias inseridas no serviços em situação de trabalho infantil. | Em andamento |
| 02 | Fortalecer a Proteção Social Especial de Média | Adequar e manter as equipes de Média Complexidade, conforme a NOB/RH. | Monitorar | Alcançada |

| | | | | |
|----|--|--|--|--------------|
| | Complexidade no que se refere aos recursos humanos | Analisar, periodicamente, a necessidade de se instaurar o Serviço de Abordagem Social, ampliando a cobertura e oferta do serviço nas áreas rurais. | Expandir o Serviço de Abordagem Social em todos os bairros da zona rural. | Alcançada |
| 03 | Ampliação da cobertura do PAEFI. | Atender e acompanhar famílias/indivíduos em situação de risco social através do PAEFI. | Resgatar os vínculos familiares. | Alcançada |
| 04 | Qualificar os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade | Acompanhamento das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas. | Ampliar o trabalho em rede com as demais políticas de atendimento. | Alcançada |
| | | Criar, conforme análise de demanda equipe específica de abordagem social, com acompanhamento periódico as famílias. | Capacitar a equipe técnica de abordagem social . | Em andamento |
| | | Manter e aprimorar a parceria com Entidade na efetivação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas famílias, mantendo acompanhamento periódico as situações existentes. | Ampliar o atendimento de pessoas com deficiência tendo como parceiro a entidade APAE e idosos a parceria com todos os órgãos de atendimento da rede de serviço do Município. | Alcançada |
| | | Manter a ofertar o Serviço de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de acordo com a capacidade instalada e demanda, com acompanhamento periódico dos casos. | Aprimoramento do Plano individual de Atendimento – PIA, conforme SINASE. | Alcançada |
| 05 | Fortalecer o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa através de ações específicas. | Ofertar o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de acordo com a capacidade instalada e demanda. | Capacitação da equipe técnica de trabalho. | Em andamento |
| | | Efetivar a capacidade protetiva das famílias de adolescentes internados por medidas socioeducativas de privação de liberdade, com foco no retorno do adolescente a convivência familiar. | Capacitar a equipe técnica de atendimento aos adolescentes internados e cumprimento de medidas socioeducativas com a finalidade de fortalecer os | Em andamento |

| | | | | |
|----|---|--|---|--------------|
| | | | vinculos familiares. | |
| | | Oferta de ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde ela reside. | Divulgação das ações planejadas de acordo com a demanda de cada território. | Alcançada |
| | | Acompanhamento intersetorial das famílias em situação de vulnerabilidade. | Realizar o acompanhamento. | Alcançada |
| | | Ofertar de forma continuada, a qualificação profissional, garantindo a formação com melhoria na qualidade dos atendimentos. | Promover cursos e capacitações para toda equipe técnica. | Em andamento |
| 06 | Fortalecer o Serviço de atendimento às Crianças e Adolescentes vítimas de violências. | Execução de Ações Preventivas em relação aos Adolescentes em Conflito com a Lei -SINASE; | Realizar no ano 02 ações de prevenção ao adolescentes em conflito com a Lei (SINASE). | Em andamento |
| | | Manutenção das Ações do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – SINASE | Execução das do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – SINASE | Alcançada |
| | | Proporcionar capacitação periódicas, aos trabalhadores da rede de defesa, promoção e proteção das políticas de enfrentamento aos vários tipos de violência contra crianças e adolescentes. | Promover no mínimo 02 capacitações no ano. | Em andamento |
| | | Realizar campanhas educativas de sensibilização e orientação quanto à prevenção das várias formas de violência contra crianças e adolescentes. | Mobilizar e conscientizar a população quanto a importância à prevenção da violência contra crianças e adolescentes. | Alcançada |
| | | Qualificar, por meio de capacitações, os/as profissionais para o atendimento às pessoas que cometem violência contra crianças e adolescentes. | Promover no mínimo 02 capacitações no ano. | Em andamento |

| | | | | |
|----|---|--|--|--------------|
| 07 | Qualificação dos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes | Capacitar, periodicamente, a Rede Socioassistencial em relação do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar do Município. | Formação aos profissionais da rede de atendimento. | Em andamento |
| 08 | Aprimorar e qualificar a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e Sistema de Garantia de Direitos, visando o estabelecimento de fluxos e protocolos de encaminhamento e delimitação de competências | Monitorar e Atualizar os protocolos de encaminhamentos de situações de risco envolvendo Poder Judiciário por meio do GT SGD. Planejar reuniões bimestrais. | Implantar o sistema informatizado integrado com toda rede de atendimento. | Em andamento |
| 09 | Aprimorar e fortalecer os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade. | Fortalecer a utilização do Plano de Acompanhamento Familiar. Realizar reuniões periódicas para acompanhamento dos processos. | Informatizar em o plano de acompanhamento familiar. | Alcançada |
| | | Implementar o grupo de responsáveis familiares por crianças e adolescentes em situação de negligência ou abandono intrafamiliar. Realizar reuniões bimestrais de acompanhamento. | Capacitar a equipe técnica de atendimento a Crianças e adolescentes em situação de negligência intrafamiliar. | Em andamento |
| | | Implementar o grupo de mulheres adultas em situação de violência intrafamiliar. Realizar reuniões bimestrais de acompanhamento. | Realizar a busca ativa de mulheres em situação de violência em parcerias com as demais políticas de atendimento. | Em andamento |

- GERÊNCIA DE UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

| Nº | Prioridades definidas | Ação Estratégias | Metas | Situação |
|----|--|--|--|-----------|
| | | | | |
| 01 | Proporcionar condições mínimas administrativas e financeiras para a boa execução da Política de Assistência Social no Município. | Executar com responsabilidade o orçamento previsto para a pasta. | Monitorar o orçamento previsto em pasta. | Alcançada |
| | | Prezar pela organização administrativa | Aprimorar de acordo com a necessidade de cada setor ligado à SMAS. | Alcançada |
| | | Planejar as ações a serem executadas | Adequar e monitorar as ações executadas. | Alcançada |
| | | Ampliar equipe técnica e administrativa da SMAS | Capacitar a equipe administrativa. | Alcançada |

Resultados:

O presente Relatório de Monitoramento e Avaliação, sendo elaborado pela comissão de monitoramento e avaliação, tem como objetivo monitorar e avaliar as metas do Plano Municipal atendendo às diretrizes preconizadas na Política Nacional de Assistência Social.

O Relatório busca manifestar o comprometimento da gestão, com investimentos crescentes e contínuos, os quais garantem o acesso expressivo para efetivação da política pública de Assistência Social, refletindo uma busca constante por melhores resultados, cumprindo as metas estabelecidas, almejando alcançar resultados com foco na satisfação do usuário, qualidade da execução das ofertas dos serviços programas e projetos, com servidores motivados e comprometidos, visando o fortalecimento da articulação da rede socioassistencial, da rede intersetorial e integração das proteções sociais.

25 de novembro de 2024